

## MARCO TEMPORAL

### Os três senadores goianos votaram pela aprovação



Foto: Ujill Rosa/Alego

O projeto de lei contraria decisão do STF e estabelece que os povos indígenas só têm direito às terras que ocupavam ou reivindicavam até 5 de outubro de 1988.

Página 8

## SANEAMENTO BÁSICO

### Municípios se unem para ter acesso a recursos federais



Criação de Microrregiões de Saneamento Básico é exigência do novo Marco Legal do Saneamento.

Página 7



Divulgação

### 337 escolas terão internet de alta qualidade até 2026

Goiás conta com 90% dos colégios com acesso à banda larga de fibra óptica e o programa federal vai garantir o acesso aos 10% restantes.

Página 11

## VASSIL OLIVEIRA

O tempo certo é senhor da razão

Saber a hora de recuar ou fazer e acontecer, calculadamente. Quem domina essa virtude tem nas mãos o Santo Graal da política.

Página 3

## ENTREVISTA

### BRUNO PEIXOTO

Deputado estadual e presidente da Alego

# Peixoto “ainda” não é pré-candidato a prefeito Goiânia

Carlos Costa

O presidente da Alego afirma que não conversou com Ronaldo Caiado sobre a candidatura e aguarda a decisão do TSE sobre a consulta de Gustavo Mendanha. **Páginas 4 e 5**



## INCENTIVOS FISCAIS

### Governo muda regras de tributação e empresas podem ter prejuízos

Receitas com incentivos fiscais de ICMS passarão a compor a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e Cofins, que não eram tributados.

Página 6

## QUEDAS DE ENERGIA

### Procon registra 257 denúncias de consumidores contra Equatorial

Governo de Goiás cobra solução e empresa alega que onda de calor sobrecarregou o sistema de distribuição em todo país.

Página 7

## CÂMARA DE GOIÂNIA

CCJ prorroga contratos temporários

Aprovados no último concurso da Educação e não convocados se manifestam contra a proposta do prefeito Rogério Cruz.

Página 8

## EDITORIAL

## A força da Constituição

Ao completar 35 anos no próximo 5 de outubro, a Constituição Federal se mostra amadurecida o suficiente para sustentar medidas que sufocaram uma tentativa de golpe de estado. São três décadas e meia de ataques, alguns mais vigorosos, outros sob o pretexto de melhorias, por meio do poder constituinte reformador, nas mãos do Congresso Nacional. A Constituição Cidadã já recebeu 128 emendas e há dezenas tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Guardião da Constituição, o Supremo Tribunal Federal (STF) caminha na mesma direção de maturidade e também é alvo de inúmeras críticas — algumas estridentes e ditas aos brados diante de seus ministros, como no julgamento dos primeiros condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. A postura firme do STF foi fundamental para garantir a sobrevivência do regime democrático, sob ataque sistemático nos últimos anos.

Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, disse em seu discurso, naquele histórico 5 de outubro de 1988, que restaurar a democracia era um dos princípios da Constituição, o qual ela cumpriu, para alívio dos brasileiros.

A posse do novo presidente do STF, ministro Luis Roberto Barroso, na quinta-feira, 28, foi emblemática. No plenário restaurado, após ser destruído por uma horda de golpistas em fúria em janeiro deste ano, Maria Bethânia cantou o Hino Nacional, com sua voz poderosa encantando a todos. Um alento para seguir na defesa intransigente da democracia e da dignidade da pessoa humana, talvez o princípio mais importante da Constituição brasileira.

## ARTIGO

## Acesso à informação e transparência pública

A Constituição de 1988 garante a qualquer interessado o acesso às informações públicas produzidas e mantidas pelo Estado, em todos os seus níveis — federal, estadual, municipal e distrital, bem como aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Visando regulamentar o Direito Constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, promulgou-se a Lei federal nº 12.527/2011, popularmente conhecida como LAI — Lei de Acesso à Informação, tornando-se grande avanço na trajetória brasileira de consolidação do regime democrático e fortalecimento das políticas de transparência pública.

Os portais da transparência constituem-se em importantes mecanismos de acesso à informação, presentes nos órgãos e/ou entidades da administração pública, seja autarquias, fundações, fundos ou empresas públicas. Trata-se de ferramentas que permitem à sociedade o acompanhamento do uso dos recursos públicos, nas quais o cidadão poderá ler ou pesquisar relatórios financeiros, verificar como foi usado o dinheiro público, se as metas e objetivos governamentais foram alcançados, como foram gastos os impostos arrecadados, quem são os servidores públicos, quanto ganham e outras

informações.

No município de Goiânia, o Portal da Transparência foi criado e regulamentado pelo Decreto nº 1.201/2010, abrangendo todas as entidades da administração direta e trazendo informações como receitas e despesas gerais, transferências recebidas e realizadas, folha de pagamento, diárias e passagens, processos licitatórios, contratos e convênios, prestação de contas (balanço geral), relatórios fiscais e outras informações, as quais todo cidadão pode consultar, de forma livre e independente de senhas e autorizações. Vivemos em um Estado Democrático, e o direito à

informação se relaciona com a dignidade do cidadão, uma vez que este atua positivamente na proteção e no desenvolvimento de toda a coletividade.

A Prefeitura de Goiânia tem como principal meta a transparência de seus gastos. Nesse contexto, merece destaque a nota alcançada por nossa capital, no ranking da transparência apresentado em 2022, pelo Tribunal de Contas dos Municípios Goianos (TCM-GO), no qual obtivemos o percentual de 98,08%, ocupando o primeiro lugar dentre os municípios goianos com mais de 250 mil habitantes.

Portanto, é de fundamental importância que cada cidadão assumira a tarefa de participar

80 anos, ainda hoje enfrenta entraves à sua efetiva aplicação. Por isso, em casos extremos como esse, o trabalhador não deve se deixar intimidar, mas sim registrar a ocorrência na Delegacia de Polícia, pois o registro ajuda a prevenir crimes mais graves. E ainda assim, poderá estar amparado por um advogado de sua confiança para que a ação judicial seja movida em busca da proteção e da garantia de seus direitos, tanto trabalhistas quanto fundamentais.

Triste e doente é uma sociedade elitista que ainda carrega os miasmas do período da escravidão e do coronelismo, ameaçando a integridade e até mesmo a vida de trabalhadores e de seus representantes que lutam por justiça social, ao preferir executar pessoas, em vez de dívidas decorrentes das relações de trabalho.



Por Thaisa Toscano Tanus  
Advogada - OAB/GO 68012



Colemar José de Moura Filho  
é controlador-geral do Município de Goiânia

## ARTIGO

## Quando a dívida trabalhista não é executada, e sim o trabalhador

A empresa que faz ameaças a empregados e ex-empregados que reivindicam direitos ou movem ação trabalhista contra ela pratica constrangimento pessoal.

Constrangimento no trabalho pode ser qualquer conduta praticada por superior hierárquico contra empregado ou ex-empregado que seja vexatória, humilhante ou ameaçadora. O ato de constranger viola direitos fundamentais como personalidade, imagem, honra e intimidade, sendo uma atitude abusiva e que pode configurar assédio moral e dano moral passível de indenização.

Frequentemente ocorrem condutas constrangedoras no ambiente de trabalho por parte dos donos ou gestores, no sentido de intimidar trabalhadores atuais, ou mesmo aqueles que já se desligaram da empresa, a não reivindicarem direitos trabalhistas ou não moverem ação contra seus atuais ou antigos patrões. São diversos os tipos de atitudes ilícitas, desde a negativa de direitos, passando por ofensas pessoais e acusação de falsas condutas, até ameaças à carreira e à integridade do trabalhador.

Para evitar ou desestimular tais condutas, o empregado ou ex-empregado pode e deve se resguardar adotando algumas

medidas. Em primeiro lugar, de modo anônimo e sigiloso para sua proteção, denunciar o fato no setor da empresa responsável por investigar tais situações, no RH ou na Ouvidoria. Caso não existam canais de denúncia efetivos e anônimos, a mesma pode ser feita pelo site do Ministério do Trabalho e Emprego. E o sindicato da categoria profissional envolvida também deve ser acionado para tomar as providências cabíveis.

Complicado e estarrecedor, no entanto, é quando a lide ultrapassa a seara trabalhista e invade a esfera criminal. Em Goiânia, na semana passada, o dono de um restaurante foi preso, sob a acusação de ser o mandante do assassinato de um ex-gerente de seu estabelecimento. Segundo testemunhas, a motivação do crime teria sido uma dívida trabalhista do empregador com o ex-empregado, o qual fora ameaçado pelo ex-patrão por incentivar outros trabalhadores do restaurante a moverem ação contra a empresa na Justiça do Trabalho.

O trágico episódio, além de violar os valores sociais do trabalho e a dignidade da pessoa humana, fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito, configura um desserviço à CLT, que, erigida há

# O tempo certo na política é senhor da razão. O resto é coração



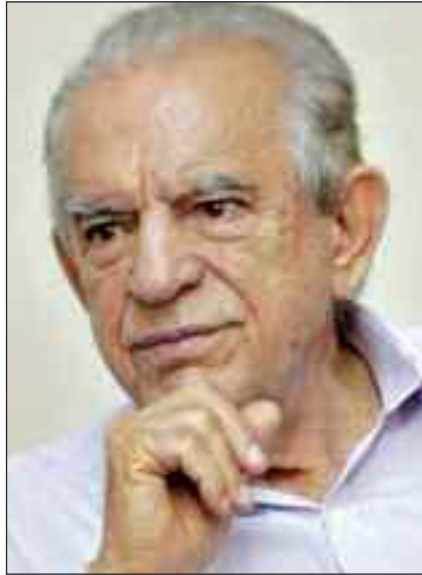
Conhecer o tempo das coisas. Entender quando é o momento certo. Saber a hora de recuar ou fazer e acontecer, calculadamente. Quem domina essa virtude tem nas mãos o Santo Graal da política. A precipitação leva ao princípio. A ansiedade mata antes quem não a controla.

Em várias ocasiões, vi Iris Rezende, prefeito de Goiânia aos 86 anos, jogar água na fogueira de assessores afobados. Eu mesmo tive um impacto na chegada à sua equipe, quando convidado para a Secretaria de Comunicação.

Estava honrado, sem dúvida. Porém acima de tudo estava preocupado em fazer a coisa certa diante de um mito, uma cidade, um desafio profissional novo. Ele não me atendeu com pressa, nem com a sala cheia de gente. Estávamos sozinhos quando ele me disse sorrindo que estava contente com a minha disposição e presença ali. Assim, humilde, voz baixa, cuidadoso.

Lembro que ele me olhava com atenção. Senti carinho, acolhida. Quis me mostrar precavido. "O senhor sabe que vou precisar de uns dois meses para me inteirar de tudo, né?", eu finalmente falei. Ele abriu o sorriso com vontade, chegou mais perto e disse apenas: "Você vai levar mais tempo até compreender como a prefeitura funciona. Não tenha pressa."

Eu vinha de um convite feito com visível contrariedade para um cargo que precisava de respaldo absoluto, o que nunca tivera. Aquele abraço com palavras carregadas de sabedoria e respeito vieram no momento certo e da melhor forma possível.



vel. Eu não tive dúvida de que estava no lugar certo, na hora certa, com o líder certo. Nos meses seguintes, posso dizer com paz no coração que nunca fui tão feliz profissionalmente.

Quando a COVID estourou, todos queríamos que Iris ficasse em casa, que estivesse com o mínimo possível de pessoas. Suas filhas, Ana Paula e Adriana, fizeram de tudo para preservá-lo dos perigos da doença, para reduzir o ritmo de trabalho. E ele? Nem deu bola para ninguém. A explicação? Era nessas horas que a cidade precisava ter a certeza de que quem estava na cadeira que ele ocupava não iria abandoná-los, que seria o líder (ele não usou essa palavra para falar de si, naturalmente) que todos esperavam.

Em nenhum dia Iris deixou de ir à prefeitura. Em nenhum instante se omitiu ou se ausentou de tomar as decisões necessárias, mais difíceis que fossem. Jamais abriu mão do bônus e do ônus de estar na posição que

estava naquele momento triste, e também histórico. E calculava cada ato segundo o instante exato a ser deflagrado. Era impossível demover Iris de ser Iris o tempo todo da pandemia.

Tomei o exemplo de Iris porque ele ocupa desde sempre uma posição de exemplo como homem público. E também porque tive o privilégio e a bênção - como ele, tenho fé nos desígnios divinos - de viver ao seu lado, mesmo depois de ele deixar a prefeitura, os anos finais de sua vida. Mais que argumento, o que sou aqui é testemunho de vivência.

Os tempos hoje são de velocidade máxima. Rápidos no gatilho, assessores e políticos correm contra o tempo para que cada respiração política esteja instantaneamente nas redes sociais. Jornalistas não apuram mais como antes, políticos não amadurecem decisões ou escolhas como deveriam. É a vida literalmente contra o tempo, e não a favor do tempo. É a política exercida no intervalo da respiração.

Mas o essencial não mudou. Administrar o tempo é a chave do sucesso, a essência da revolução individual contra não o tempo, mas a aceleração dos outros. Respeitar os segundos não é perder tempo, é ganhar uma eleição, muitas vezes. Saltar etapas na política não será nunca adiantar-se aos demais. Bico calado e pé ligeiro é arte, compasso, medida. Por que seria desespero desabalado?

Mas não acreditem em mim. Mirem-se em Iris. Sua sabedoria é imortal, e seu coração, infinito em todas as direções.

## Rogério Cruz salvará Rogério Cruz?

O prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, não tem paz para governar. Fato. As crises internas, o desgaste da administração com trocas constantes na equipe e denúncias, tudo lhe tira o sono. Só que paz não é algo que se construa de forma unilateral. É lá e cá. Gestos, ações, reações.

A semana termina com aceno de paz, pelo menos, entre o prefeito e o seu partido, o Republicanos. Mas a paz só virá mesmo se cada lado fizer sua parte. Isso está posto nas declarações do presidente nacional, Marcos Pereira, que não deixou que a troca de presidente estadual da legenda parecesse capitulação ao prefeito. O nome de Rogério nem foi citado no anúncio do novo presidente.

O partido espera contraparti-



da do prefeito, que espera do Republicanos engajamento total à gestão e a seu projeto de reeleição. Hoje, um não se reconhece no outro. O primeiro ponto a ser ajustado é este. Para a paz, os

dois lados terão de baixar as armas, e não apenas um. Não pode haver vencedor, precisa sobressair o "intindimento", para lembrar uma palavra-marca do ex-prefeito Iris Rezende.

A cidade não pode sofrer as consequências de guerras particulares do prefeito. Portanto, ele é o árbitro para a garantia da paz. O mais interessado, junto com a população. É neste detalhe que parece uma exceção à regra do "intindimento" que está a salvação da lavoura para Rogério e reside o seu futuro. Não é exceção. É estratégia. O prefeito só vai continuar vivendo de guerra se deixar guerras e motins acontecerem ao seu redor. Está na mão de Rogério o futuro de Rogério. Simples assim.

### ELEIÇÃO

# Fim da reeleição entra em pauta, de novo

Andréia Bahia

O senador Jorge Kajuru (PSB) acredita que a proposta de emenda à Constituição (PEC) 12/2022 de sua autoria, que acaba com a reeleição para prefeitos, governadores e presidente da República e aumenta de quatro para cinco anos o mandato, pode entrar na pauta do Senado ainda este ano. "Eu acredito que a medida será discutida e votada em breve, que teremos uma aprovação aqui no Senado e uma previsão otimista de aprovação na Câmara dos Deputados."

Na opinião de Kajuru, a reeleição estimulou a corrupção no Brasil. "Podemos observar isso nos governos anteriores. O fim da reeleição trará benefícios para a democracia. Uma boa parte dos parlamentares também pensa assim, por isso a nossa expectativa é que o debate e votação aconteçam ainda esse ano."

Kajuru tem no presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (PSD) um aliado. Pacheco afirma que há, no Congresso Nacional, simpatia e adesão à tese do fim da reeleição. Segundo ele, a gestão pública sem o propósito de uma reeleição é mais criteriosa, sem populismo e sem intenção eleitoral.

Essa não é a primeira vez que se tenta acabar com a reeleição no Brasil. Em 2005, o fim do instituto entrou na ordem do dia do Congresso, apoiado pelo senador Antônio Carlos Magalhães, do antigo PFL. O objetivo era impedir que Lula, também presidente à época, disputasse a reeleição e levasse adiante o plano do PT de governar o país por 20 anos.

Esse também era o plano dos tucanos, em 1997, quando a emenda constitucional foi aprovada em meio ao escândalo de compra dos votos protagonizado por Sérgio Motta e que até hoje mancha a trajetória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em 2020, em artigo publicado no jornal Estadão, o ex-presidente disse ter sido um erro a reeleição. "Devo reconhecer que historicamente foi 1 erro: se 4 anos são insuficientes e 6 parecem ser muito tempo, em vez de pedir que no 4º ano o eleitorado dê 1 voto de tipo 'plebiscitário', seria preferível termos 1 mandato de 5 anos e ponto final".

Provavelmente, ainda nesta legislatura, veremos um novo capítulo dessa novela que começou tão mal em 1997.

## ENTREVISTA

# “Não me coloquei como candidato a prefeito, mas tenho vários projetos para Goiânia”

O presidente da Alego afirma que ainda não conversou com o governador Ronaldo Caiado sobre uma eventual candidatura à Prefeitura de Goiânia em 2024 e que está aguardando a decisão do TSE sobre a possibilidade de Gustavo Mendanha ser candidato na capital. Enquanto isso, ele diz estar focado na gestão da Alego, onde a prioridade é reduzir gastos.

## TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor estava aguardando a decisão do TSE sobre a possibilidade de candidatura de Gustavo Mendanha para decidir sobre sua candidatura a prefeito de Goiânia. Já há um parecer contrário à consulta do MDB. O senhor é pré-candidato a prefeito de Goiânia?

## BRUNO PEIXOTO

Em relação ao TSE, haverá um julgamento no pleno e vamos aguardar. Gosto muito do Gustavo Mendanha, ele é muito capacitado, íntegro, tem uma capacidade de gestão, é muito capacitado para gerir e, conforme todos que falam da sua pessoa, e eu comprovei isso, cumpre os acordos e compromissos com a sociedade. Eu tenho certeza que se Gustavo Mendanha conseguir no pleno do TSE a liberação para candidatar-se, vou apoiá-lo com imenso prazer, vou de casa em casa na nossa capital com o intuito de ajudá-lo, porque sei que tem capacidade de gestão e vai cuidar



**B**runo Peixoto

Deputado estadual e presidente da Alego

bem da nossa cidade de Goiânia.

**Apesar de ter sido o deputado estadual mais bem votado no estado, nas pesquisas de intenção de votos aparece em média com 7% . A que atribui esse resultado?**

Eu em nenhum momento me coloquei como candidato a prefeito da nossa capital. Fui vereador por dois mandatos, sendo o vereador reeleito mais votado na história de Goiânia e

conheço cada canto da cidade. Evidentemente, quando assumi o mandato de deputado estadual, trabalhei muito por todas as cidades goianas, levando benefícios, participando das atividades políticas, cuidando da população. Por ter sido vereador por dois mandatos na capital e sempre ter participado de campanhas em Goiânia, nasci em Goiânia, fui criado em Goiânia, conheço cada canto da cidade, é natural que o meu nome surja de

alguma maneira nas pesquisas. Inclusive fico feliz de estar sendo lembrado pela população. Eu não disputei nenhuma eleição majoritária até o momento, como outros nomes que estão melhor pontuados, que já disputaram eleições majoritárias, seja para a prefeitura, seja para o governo. Eu nunca disputei. A população está lembrando do meu nome para gerir a capital, mas repito, não coloquei o meu nome à disposição para disputar a

“Tenho vários projetos para Goiânia e mesmo que não dispute a eleição para a prefeitura da capital, eu nasci em Goiânia e conheço cada canto da cidade; fui líder de Iris Rezende na Câmara e de Ronaldo Caiado na Assembleia Legislativa, e hoje presido a Casa.”

eleição na capital ou como pré-candidato em nenhum momento. Estou à disposição do meu partido se necessário for, mas estou pronto para apoiar outro candidato.

**O neto do ex-senador Mauro Miranda, Felipe Cecílio, se lançou pré-candidato pelo MDB. Isso pode influenciar em sua decisão de ser candidato?**

Fico feliz de mais nomes se colocarem à disposição dentro da nossa base, como esse jovem, que é trabalhador, que tem um grande conhecimento e tem um exemplo dentro de casa, que é o ex-senador Mauro Miranda. Fico feliz, como o deputado Charles Bento, do MDB, que também já se colocou à disposição, o deputado Virmondes Cruvinel, que também já se colocou à disposição. Eu fico feliz por mais nomes surgirem, colocando-se à disposição dos partidos, para, se necessário for, dentro da nossa base, disputarem a eleição para a capital. Eu vou caminhar de mãos dadas com o governador, Ronaldo Caiado, e com Daniel Vilela nas eleições de 2024 e de igual modo nas de 2026.

**O senhor se reuniu com a bancada do MDB recentemente. Seria para buscar apoio dos vereadores a uma eventual candidatura?**

Eu tenho me reunido constantemente com vereadores de Goiânia e com líderes da capital, e sempre fiz essas reuniões, que estão tendo maior notoriedade por ser presidente da assembleia. Essas reuniões, antes da presidência, sempre foram constantes, tanto é que em todas as eleições tenho uma votação expressiva na capital.

**Caso o senhor não tivesse saído do MDB seria o candidato natural do partido. Arrepende-se de ter deixado o MDB?**

De maneira nenhuma, foi consenso entre mim, o governador Ronaldo Caiado e Daniel Vilela. Foi um acordo que fizemos, uma estratégia para montarmos chapas de candidaturas. Candidatos a deputado mandatário até 30 mil votos, da nossa base, foram para o MDB, acima de 30 mil votos foram para o União Brasil. Mas hoje MDB e União Brasil trabalham como um partido único, têm a mesma sintonia. Fico feliz de estar no União Brasil e a certeza de que o MDB e o União Brasil trabalham em extrema sintonia com um só objetivo.

**O senhor conta com o apoio do governador Ronaldo Caiado em sua intenção de deixar a presidência da assembleia para ser candidato a prefeito de Goiânia?**

É o contrário: eu vou apoiar o candidato indicado pelo governador Ronaldo Caiado, seja quem for. Pode ser o Vanderlan (Cardoso, do PSD), Rogério Cruz (Republicanos), Virmondés Cruvinel (UB), Charles Bento (MDB). O candidato que o nosso governador Ronaldo Caiado indicar terá o meu apoio.

**Mas o senhor já buscou o apoio do governador para uma eventual candidatura a prefeito de Goiânia?**

Não falei sobre isso até mesmo porque eu estou muito focado na gestão da assembleia, em reduzir os custos com a manutenção da máquina. Vou dar um exemplo: acabamos com o contrato de locação de veículos. São R\$12 milhões de economia no período de cinco anos e a frota própria que foi adquirida foi incorporada ao patrimônio dos goianos, que é quem mantém a Assembleia Legislativa do Estado. Temos que fazer uma gestão de excelência. Cortei o aluguel com as máquinas de café; estamos implantando todo o sistema digital para apresentação de projetos, requerimentos, reduzindo a utilização de papéis, preservando o meio ambiente e fazendo economia; reduzimos, conforme preconiza a legislação, 25% dos contratos na área de informá-

tica e outros. Temos trabalhado diuturnamente com intuito de redução. Prova se faz que já devolvemos ao governo do estado - todos sabem a sintonia que tenho com o governador Ronaldo Caiado - quase R\$ 40 milhões, a maior devolução na história de 188 anos de existência do Poder Legislativo estadual. Destes, R\$ 6 milhões foram para a construção do Complexo Oncológico de Referência, o Cora, hospital oncológico que o governador tem um grande amor em estar construindo; R\$ 8 milhões foram para o Corpo de Bombeiros Militar; e R\$ 2 milhões para o projeto de duplicação da rodovia de Bela Vista até Catalão.

**O senhor tem um projeto para Goiânia, mesmo que não formalizado? Quais os principais pontos?**

Tenho vários. Como eu tenho dito: por mais que não dispute a eleição para a prefeitura da capital, eu nasci em Goiânia e conhe-



**“Estamos dialogando com o governo estadual, porque hoje temos 1,2% do orçamento impositivo e estamos trabalhando para que haja um escalonamento para a votação de 2024 e exercício de 2025, chegando a 2026 com 2%.”**

ço cada canto da cidade; fui líder de Iris Rezende na Câmara; fui líder de Ronaldo Caiado na Assembleia Legislativa e hoje presido a assembleia. Entre os projetos, cito os modais de transporte, porque temos que ampliar os modais de transporte público. Está na hora de Goiânia debater o VLT, veículo leve sobre trilhos; de debater metrô de superfície e também subterrâneo; está na hora de mudarmos toda a frota para ônibus elétricos climatizados; está na hora da saúde ser regionalizada; não dá mais para a pessoa ir ao Cais do setor Novo Mundo e não ter todas as especialidades ali. A população, para consultar com um ortopedista, sai lá do Jardim Novo Mundo, atravessa a cidade para ir ao Crof (Centro de Referência em Ortopedia e Fisioterapia), que fica em Campinas. Está na hora de mudar. Todos os Cais têm que ter médicos especialistas e ter urgência e emergência. Não dá mais porque a população está sendo muito penalizada em ter que atravessar a cidade em busca de um médico especialista em um centro de referência. As especialidades têm que estar nas regiões. Temos regiões na capital superiores a 200 mil habitantes. Tem que ter ali um Cais que tenha todas as especialidades médicas. Precisamos criar centros de desenvolvimento regional, os polos industriais para as regiões da cidade. A população da região Noroeste tem que ter indústrias ali. Temos que ter toda a acessibilidade e fortalecimento das regiões.

**O município tem condições para executar esse projeto na área de saúde, sabendo, por exemplo, que as maternidades da capital estão suspendendo o atendimento por falta de pagamento da prefeitura de Goiânia?**

Sim. Tem orçamento para isso e eu espero que faça. Espero que o prefeito Rogério Cruz possa aplicar as sugestões que já passei para ele. A regionalização da saúde é de grande importância. Uma mãe com seu filho ter que pegar um ônibus atrás de um pediatra, atravessar a cidade, não dá. Temos que ter as especialidades em todos os Cais, durante 24 horas, e em



todas as regiões.

**O atraso recente no repasse do duodécimo por parte do governo foi uma demonstração de insatisfação do Caiado em razão da antecipação do salário dos servidores da casa e do projeto das emendas impositivas?**

De maneira nenhuma. Nós recebemos com dois dias de antecedência no mês de julho e um dia posterior no mês de agosto. Isso é um acordo entre os poderes. Recebemos dois dias antes no mês anterior e um dia depois no mês seguinte. Nenhum problema.

**Como está a discussão sobre o aumento das emendas impositivas de 1,2% para 2%?**

Em relação ao orçamento impositivo, foi aprovado no Congresso Nacional, já tem a sua aplicação em nível nacional, e estamos dialogando com o governo estadual. Hoje temos 1,2% do orçamento e estamos trabalhando para que haja um escalonamento para a votação de 2024 e exercício de 2025, chegando a 2026 com 2%. Porque temos que lembrar que o estado de Goiás vive em regime de recuperação fiscal.

**O senhor anunciou novo concurso para 150 vagas. Considerando que a Alego conta com 1,1 mil comissionados e o senhor anunciou também uma auditoria para reduzir esse número, quantos cargos comis-**

**sionados devem ser eliminados e como deve ficar o quadro de funcionários da Casa?**

Estamos reduzindo tudo; reduzindo em 40% as mídias que divulgam as ações dos deputados estaduais, todas as ações que possam gerar despesas para que possamos ter sintonia com o governador Ronaldo Caiado e devolver o recurso para investimentos em obras. Em relação a cargos comissionados, conforme preconiza a legislação federal, temos como base o gabinete do deputado federal. Esse número, em relação a valores, continua o mesmo. Houve alteração em relação ao quantitativo. O deputado tem a opção, dentro daquele valor, de colocar um número maior de servidores, sendo no mínimo 25 e no máximo 95 pessoas, e assim tem a possibilidade de atender um número maior de cidades. Nós temos 7 milhões de habitantes, 246 municípios e um trabalho muito grande a ser feito. Temos 180 departamentos que trabalham diuturnamente para servir a população. Em relação aos cargos comissionados, temos um serviço a ser prestado e estamos trabalhando para que, em 2024, tenhamos um concurso público superior a 150 vagas. Lembrando que hoje existem 411 servidores efetivos e que para os gabinetes não podemos efetuar concurso público e o maior número de cargos comissionados está nos gabinetes.

## CONGRESSO

## MP muda regras de tributação de incentivos

Empresas podem ter prejuízos financeiros imensos, diz advogada tributarista Flávia Bortoluzzo

Carla Borges

A Medida Provisória nº 1185, em vigor desde 31 de agosto, trata sobre crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico e já provoca articulações no Congresso Nacional, onde precisa de aprovação para ser convertida em lei. Segundo a MP, a pessoa jurídica tributada pelo lucro real que receber subvenção da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para implantar ou expandir seu empreendimento poderá apurar crédito fiscal de subvenção para investimento.

O governo espera arrecadar R\$ 35,3 bilhões com a MP já em 2024, mas sabe que sua aprovação nos termos propostos não será fácil e negocia com o Congresso Nacional. Entre as concessões feitas pelo governo federal para tentar aprovar o texto está a exclusão dos benefícios fiscais da Sudam e da Sudene.

A MP altera o procedimento adotado pelas empresas relacionado ao reconhecimento fiscal dos benefícios concedidos pelos entes governamentais, especialmente àqueles decorrentes de regimes especiais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

"Há tempos, os contribuintes acompanham as discussões com as autoridades fiscalizadoras sobre o adequado tratamento tributário que deveria ser observado frente a essas receitas — discussões essas que, em partes (e na teoria), teriam sido amenizadas pela inclusão do artigo 30 na Lei n. 12.974/14, que tentou padronizar tanto a classificação como o procedimento fiscal desses benefícios", explica Flávia Bortoluzzo, sócia da LBZ Advocacia.

A advogada esclarece que, em mais uma reviravolta, a MP expressamente revoga esse artigo, além de criar novos conceitos e regras específicas sobre o tema. Em resumo, pela nova medida, as receitas obtidas com incentivos fiscais de ICMS passarão a compor a base de cálculo dos tributos federais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). "São contribuições que antes, na interpretação dos contribuintes, estavam afastadas de tributação", explica.

"A proposta do governo até prevê uma contrapartida na forma de créditos fiscais, porém apurados tão somente com base no cálculo do IRPJ, e que, desde que habilitados previamente junto à Receita Federal, poderão ser compensados com os demais tributos administrados pela Receita. No ponto de vista financeiro, o prejuízo para o contribuinte, em decorrência dessa nova realidade, é imenso", alerta Flávia.

#### CRÉDITO FISCAL

Além da inclusão dos valores na base de cálculo dos tributos e a criação do crédito fiscal, a MP regulariza ainda que o crédito fiscal só poderá ser aproveitado sobre as receitas de subvenção reconhecidas até 31 de dezembro de 2028, e caso o crédito fiscal não seja passível de compensação com outros tributos, o prazo para o ressarcimento dos valores para o contribuinte será de até o quadragésimo oitavo mês contados da entrega do SPED-ECF (Escrituração Contábil Fiscal) que demonstre o direito creditório.

Contudo, não há menção expressa na nova norma sobre a possibilidade de correção monetária dos valores sujeitos a ressarcimento. A MP traz ainda outras alterações relevantes que devem ser analisadas pontualmente.

Divulgação LBZ



**Flávia Bortoluzzo, advogada: "Prejuízo enorme para o contribuinte"**

## J Tribuna Jurídica

CARLA BORGES  
carlazenborges@gmail.com



### Multa por morte de emas

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve decisão de primeiro grau que condenou uma empresa do ramo de agropecuária de Niquelândia a pagar uma multa no valor de R\$ 9 mil, aplicada pelo Ibama, decorrente da morte de nove emas em uma lavoura de soja do grupo. A agropecuária utilizou agrotóxicos sem a devida autorização do órgão ambiental.

### Dano incontestável

Para o relator, desembargador federal Souza Prudente, foi incontestável o dano ambiental causado pela condenada. Ele destacou ainda que as decisões administrativas foram devidamente fundamentadas, com garantia de exercício do contraditório e da ampla defesa, justificando a multa imposta.

### Nexo causal

O relator entendeu não haver elementos suficientes para justificar o recurso. "O agente autuante concluiu que foi em razão do uso de agrotóxicos a morte dos nove animais encontrados na lavoura de soja da autora, na qual utiliza tais produtos", destacou.

### Limites para as guardas

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou limites para a atuação das guardas municipais. Elas desempenham atividade de segurança pública com o poder/dever de proteger os bens, serviços e instalações municipais, bem como seus respectivos usuários. No entanto, não estão autorizadas a atuar como polícia para reprimir e investigar a criminalidade urbana ordinária.

### Reconhecimento do STF

Os ministros decidiram fixar o alcance da atuação das guardas municipais depois que o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a corporação integra o sistema de segurança pública. Para eles, é inegável que as guardas pertencem ao sistema de segurança, mas sua atuação é limitada à proteção de bens, serviços e instalações do município.



### Homenagem

A carreira brilhante na magistratura, as mudanças implementadas em sua gestão na Presidência do Supremo Tribunal Federal, a defesa da democracia e a postura após os atos de 8 de janeiro foram lembrados por ministros da Corte para homenagear a presidente do STF, ministra Rosa Weber (foto), que presidiu sua última sessão na quarta-feira, 27. Ela se aposentou compulsoriamente aos 75 anos e foi sucedida no cargo pelo ministro Luís Roberto Barroso.

### Uso de ponto comercial

O uso do mesmo ponto comercial e ramo de atividade semelhante não caracterizam sucessão de empresas. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) manteve sentença da Vara de Trabalho de Catalão, ao negar provimento ao recurso de uma operadora de caixa.

### Solidariedade inexistente

A trabalhadora atuou entre novembro de 2020 e julho de 2021 em uma empresa de hortifrutigranjeiros. Contudo, esse estabelecimento fechou, sendo o imóvel locado para outra empresa do mesmo ramo. Para a operadora, haveria solidariedade entre as empresas, uma vez que a primeira teria sido adquirida pela segunda empresa.



*Não se mostrou necessário, razoável e eficiente*



Ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, durante decisão unânime de excluir as Forças Armadas do rol de entidades fiscalizadoras do sistema eletrônico de votação

## RECURSOS

# Municípios goianos se organizam em Microrregiões de Saneamento Básico

Criação de blocos regionais é exigência do novo Marco Legal do Saneamento para continuar a ter acesso a recursos federais

## Da Redação

**P**refeitos e secretários municipais participaram em Goiânia na quinta-feira, 28, da 1ª Assembleia Extraordinária dos Colegiados Microrregionais. Gestores da maioria dos 246 municípios votaram em seus representantes nos Comitês Técnicos e discutiram ações das Microrregiões de Saneamento Básico (MSBs), que atuarão com foco na universalização dos serviços no estado. A Lei do Novo Marco Legal de Saneamento determina que os municípios devem integrar um dos blocos regionais para continuar a ter acesso a recursos federais.

A criação das MSBs atende às premissas da legislação e divide o território goiano em três microrregiões, integradas por um grupo de cidades, sendo: Oeste (88 municípios), Centro (88 municípios) e Leste (70 municípios). Por meio das três microrregiões, os municípios trabalharão em conjunto com o Estado na definição de qual a melhor estratégia, ações e investimentos serão

realizados para atingir o objetivo de saneamento universal até 2033, data prevista no Novo Marco Legal.

## BLOCOS REGIONAIS

A Lei do Novo Marco Legal de Saneamento determina que os municípios devem integrar um dos blocos regionais para continuar a ter acesso a recursos federais. Dessa forma, as microrregiões vão permitir a prestação de serviços de forma regionalizada e integrada. O evento foi realizado pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), que assinou, neste mês, contrato de consultoria técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização de estudos e estruturação de parcerias em saneamento.

“Quando se fala de saneamento, a gente lembra que não é só água e esgoto, mas também resíduos sólidos e drenagem. Então é necessário ter um olhar mais abrangente, porque o que acontece no município pode estar prejudicando o outro”, observa o



**Sistema de Abastecimento de Água Mauro Borges faz parte da estratégia de universalização do saneamento básico**

presidente da Saneago, Ricardo Soavinski. “Assim, é muito importante o Estado discutir com todos os prefeitos e tendo as melhores estratégias, os melhores projetos, para poder universalizar o saneamento o mais rápido possível no Estado.”

## ESTRATÉGIA

As microrregiões vão permitir a prestação de serviços de forma regionalizada e integrada a um ou mais componentes (serviços) de saneamento básico em determinada região. Com a união de pequenos e grandes municípios, juntamente com o Estado, em blocos regionais que garantem a escala dos serviços e com isso sua viabilidade econômica, será mais fácil atrair investimentos e parceiros interessados na prestação de serviços de água

e esgoto.

Os serviços que fazem parte dessa modalidade são: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas — que estão a cargo da Seinfra.

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos serão coordenados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). “Recebo quase todos os dias prefeitos e prefeitas na minha sala, pedindo soluções. Temos um número muito alto, quase 93% do estado ainda com lixões a céu aberto. É uma meta do nosso governador para que nós possamos resolver definitivamente esse problema em Goiás”, disse a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Andrea Vulcanis.

## TRANSTORNO

## Governo cobra da Equatorial solução para quedas de energia

As quedas de energia dos últimos dias em Goiás foram tema de reunião, na quinta-feira, 28, entre o governador Ronaldo Caiado e o presidente da Equatorial no estado, Lener Jayme. O governador pediu respostas e soluções reais.

Lener justificou a onda de calor como um dos principais problemas, que sobrecarregou sistemas de distribuição do Brasil inteiro. Segundo ele, a direção do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determinou, por exemplo, na tarde de ontem a interrupção da energia em subestações da região sudeste de Goiás para reduzir o impacto de sobrecargas.

A empresa assumiu a concessão da distribuição de energia elétrica em Goiás em dezembro de 2022, após venda da Enel. Em nove meses de trabalho, segundo o presidente, foram investidos mais de R\$ 1,3 bilhão.

O superintendente do Procon Goiás, Levy Rafael, anunciou nova notificação contra a empresa para, no prazo de 48 horas, prestar esclarecimentos sobre os motivos da instabilidade e quais medidas efetivas foram e/ou serão tomadas para sanar os problemas, entre outras solicitações, como a apresentação de documentos. O órgão registrou, entre 1º de agosto e 28 de setembro deste ano, 257 denúncias de consumidores contra a empresa. O principal problema apontado é justamente a interrupção no fornecimento de energia.

## INSCRIÇÕES

## Governo de Goiás lança edital para novos bolsistas do ProBem

O Governo do Estado, por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), lançou na quinta-feira, 28, um novo edital de seleção do Programa Universitário do Bem (ProBem). A iniciativa vai beneficiar 4 mil estudantes em vulnerabilidade social inscritos do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com bolsas de estudos parciais e integrais para a primeira graduação.

O edital pode ser acessado no site da OVG ([www.ovg.org.br](http://www.ovg.org.br)) e as inscrições deverão ser realizadas

entre os dias 08 e 19 de janeiro de 2024. O benefício será concedido no semestre 2024/1, incluindo a matrícula.

Para concorrer à bolsa do ProBem, é necessário que o estudante esteja inscrito no CadÚnico e possua vaga na Instituição de Ensino Superior (IES). Para esse processo seletivo, a inscrição no CadÚnico deve ser realizada até o dia 13 de outubro de 2023, impreterivelmente.

Das 4 mil bolsas ofertadas, mil serão integrais e 3 mil parciais. As bolsas integrais correspondem a 100% do valor da mensalidade limitado a R\$ 1.500. Já as bolsas parciais cor-

respondem a 50% do valor da mensalidade limitado a R\$ 650. As bolsas concedidas aos estudantes que cursam Medicina ou Odontologia têm limites maiores, R\$ 5.800 para o benefício integral e R\$ 2.900 para o benefício parcial.

## PROBEM

O ProBem tem o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento aos mais vulneráveis, trazendo maior segurança ao processo de seleção, elevando o potencial de redução das desigualdades sociais por meio do acesso ao ensino superior, e promovendo o ali-

nhamento às demandas por mão de obra qualificada no Estado de Goiás. O ProBem conta, atualmente, com 14,6 mil beneficiários e já contemplou, desde 2019, 40,1 mil estudantes.

Além das bolsas de estudos, o beneficiário ainda conta com acompanhamento socioassistencial e participa do Banco de Oportunidades, que promove, entre outras ações, a integração ao mundo do trabalho por meio de cursos de aperfeiçoamento gratuitos, encaminhamento para vagas de estágio ou emprego, bem como a participação em ações sociais.

## EDUCAÇÃO

# CCJ autoriza prorrogação de contratos temporários

Câmara Municipal

Vereadores da base defendem prorrogação para garantir continuidade de aulas durante convocação de concursados



**CCJ da Câmara autorizou a prorrogação dos contratos temporários**

## Da Redação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Goiânia aprovou, em reunião na quarta-feira, 27, projeto de lei para autorizar a prorrogação de contratos temporários de servidores da educação até o fim deste ano. A proposta é de autoria do prefeito Rogério Cruz (Republicanos).

Ao pedir inclusão do projeto na pauta da reunião, a vereadora Sabrina Garcez (Republicanos) alegou necessidade de urgência na análise. Segundo ela, em caso de interrupção dos contratos, centenas de crianças ficarão sem aulas e sem alimentação, já que precisam da merenda oferecida nas escolas e nos Ciams. Ainda de acordo com a parlamentar, a prorrogação dos contratos até dezembro não exclui necessidade de convocação

dos aprovados no último concurso da Prefeitura.

## POSIÇÕES

Kátia Maria (PT), que teve pedido de vista negado pelos colegas, citou reportagem que destaca "o colapso financeiro do Município por conta dos 52% do teto da folha de pagamento de pessoal". Segundo a vereadora, o déficit nas contas públicas se mantém em razão de "ações irresponsáveis".

A parlamentar apresentou dados de relatório do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) — relativo à folha de pagamentos da educação em maio — que aponta necessidade de convocação de 4.094 aprovados em concurso. "O contrato é para fazer substituições temporárias, que são para funcioná-

rios que pediram férias, licença-maternidade, licença-saúde ou licença por interesse particular. Não é o que acontece na Prefeitura de Goiânia", alegou.

Para Kleybe Moraes (MDB), o poder público tem obrigação de convocar aprovados em concursos. Ele lembrou que parte das convocações foi publicada na edição da quarta-feira do Diário Oficial do Município, com 465 nomeações. Os concursados têm 30 dias de prazo para a posse.

Sargento Novandir (Avante) defendeu a permanência dos servidores temporários até que os concursados assumam. "Faltou um planejamento da Prefeitura, que já deveria ter chamado os aprovados", disse.

O vereador Bessa (DC), ex-

secretário municipal de Educação, explicou que a nomeação do aprovado em concurso, normalmente, demora de 45 a 60 dias. Para o parlamentar, esse prazo justifica a permanência dos temporários, de forma a não deixar escolas e Cmeis sem educadores.

## APROVADOS

Presentes à reunião, representantes dos aprovados argumentaram que a permanência dos servidores temporários fere o princípio constitucional do concurso público. O grupo de concursados também alegou que seria necessária convocação de 736 pedagogos para suprir o déficit de pessoal na educação.

O projeto segue para primeira votação em Plenário.

## SENADO

# Aprovado marco temporal com votos dos goianos

Waldemir Barreto/Agência Senado

O Senado aprovou, na quarta-feira, 27, o projeto de lei que estabelece que os povos indígenas só têm direito às terras que ocupavam ou reivindicavam até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal, tese conhecida como marco temporal.

A matéria foi aprovada por 43 votos a 21 dos 81 senadores. Os três representantes de Goiás, Vanderlan Cardoso (PSD), Wilder Moraes (PL) e Jorge Kajuru (PSB), votaram pela aprovação.

O projeto segue agora para a sanção presidencial. O presidente Lula deve vetá-lo.

A proposta autoriza a exploração econômica das terras indígenas, inclusive com a contratação de não indígenas, desde que aprovada pela comunidade e com a garantia de promover benefícios à população local.

Para o relator, senador Marcos Rogério (PL-RO), o projeto traz segurança jurídica ao campo. Segundo ele, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de invalidar a tese do marco temporal não impede a decisão do Legislativo. "Esta é uma decisão política. Hoje, estamos reafirmando o papel desta Casa", afirmou.

Na última quinta-feira,



**Relator do projeto, Marcos Rogério, no plenário: "É uma decisão política"**

21, a Suprema Corte decidiu, por 9 votos a 2, que é incons-

titucional limitar o direito de comunidades indígenas

## ENERGIA

## Deputados cobram providências da Equatorial

Durante a fase de discussão e votação de matérias, da sessão ordinária desta quinta-feira, 28, o deputado Gugu Nader (Agir) anunciou o plano de instalação de uma Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Equatorial, empresa de concessão e distribuição de energia elétrica.

Queremos que a empresa assuma a responsabilidade que se comprometeu no ato da assinatura do contrato com o Governo de Goiás. Vamos mostrar que aqui tem deputados e deputadas que preservam a dignidade das pessoas. É um direito nosso cobrar deles o que não está sendo feito se as pessoas estão pagando por isso. Tenho certeza que todos vão assinar a abertura dessa CPI", disse o parlamentar.

Também na quinta-feira, o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, deputado Veter Martins (Patriota), solicitou a convocação da Equatorial para esclarecimentos, devido às constantes quedas de energia em Goiás.



## MEIO AMBIENTE

# Governo de Goiás lidera **pacto pelo desmatamento zero**

Estado reúne produtores, sindicatos, cooperativas, representantes do agronegócio, da economia mineral e industrial para selar pacto histórico que vai neutralizar desmatamento ilegal até 2030



Foto Secom

**E**m iniciativa inédita no Brasil, o Governo de Goiás reuniu produtores, sindicatos, cooperativas, representantes do agronegócio, da economia mineral e industrial para a formalização de um pacto para zerar o desmatamento ilegal em todo território goiano até 2030. O documento foi assinado por 63

entidades, no último dia 5 de setembro, em Goiânia, e marcou um momento histórico em que Goiás se insere nas discussões globais de enfrentamento à crise climática, num ato coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O termo prevê a redução gradativa do desmatamento no estado. Até 2025, a

previsão é diminuir em 25% as atividades ilegais que prejudicam o meio ambiente, com a expectativa de zerar este número em 2030. Para isso, o Governo de Goiás, através da Secretaria de Meio Ambiente, fortaleceu a fiscalização ambiental e desburocratizou as autorizações de licenças ambientais, além

de preservar a vegetação natural a partir da implantação do mercado de carbono. Com a assinatura do pacto, o Governo de Goiás e os demais signatários vão priorizar as cadeias de produtos oriundos de áreas conservadas, além de intensificar a recuperação de áreas degradadas e,

ainda, integrar os programas da gestão estadual de compensação e reposição florestal. O conjunto das medidas e a diversidade de setores empenhados em alcançar as metas pavimentam o caminho para que o estado experimente um crescimento econômico, social e sustentável inédito.

## ÁGUA

### Seminário “Águas para o futuro”: Pacto Pela Governança da Água



Foto Secom

Realizado entre 10 e 13 de setembro, o seminário internacional Águas para o Futuro reuniu representantes de 22 países e diversos estados brasileiros em Rio Quente, no Sudeste goiano, para debater soluções que garantam a disponibilidade de água no futuro. O evento foi organi-

zado pelo Governo de Goiás, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Durante a realização do seminário, no Dia Nacional do Cerrado, celebrado em 11 de setembro, o Es-

tado assinou o Pacto Pela Governança da Água, junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O documento disponibiliza R\$ 7 milhões nos próximos cinco anos para a gestão dos recursos naturais.

## CARBONO ZERO

### Secretaria de Estado do Meio Ambiente anuncia plano para neutralizar emissões de carbono até 2050



Foto Secom

Ainda no Dia do Cerrado, o Governo de Goiás, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, anunciou um plano robusto que prevê o fim das emissões de carbono em Goiás nos próximos 27 anos. A Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050 é dividida em três eixos e também prevê a transição para uma agricultura de baixo carbono

até 2025, além de fomento ao mercado de carbono. O conjunto dessas ações integradas, aliado à capacidade de liderança da gestão estadual, consolida a presença de Goiás no cenário global de discussão e combate às mudanças climáticas.

## DRENAGEM URBANA

## Goiânia busca soluções para alagamentos

Em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), prefeitura trabalha em um novo Plano Diretor de Drenagem Urbana

Dhayane Marques

Goiânia, uma cidade que tem enfrentado problemas de drenagem urbana e alagamentos há mais de 30 anos, está buscando soluções. O Plano Diretor de Drenagem Urbana vigente na capital é de 2005 e atinge apenas 60% da área urbana do município. O plano foi pensado para 50 mil habitantes. No entanto, o Censo Demográfico de 2022 mostra que Goiânia tem uma população de 1,4 milhão de pessoas.

Nos últimos dois anos, segundo a Prefeitura de Goiânia, já foram investidos R\$ 200 milhões em obras de drenagem em todas as regiões da capital. Apesar dos esforços nas limpezas de boca de lobo nas avenidas e ruas da cidade, a cada ano o volume de chuva tem aumentado e com isso as galerias não têm comportado o volume de água.

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), firmou uma parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para a criação do novo Plano Diretor de Drenagem Urbana do Município. "Goiânia tem lidado com problemas significativos de drenagem urbana e inundações por várias décadas, em grande parte devido à falta de intervenções necessárias no passado", disse Denes



**Denes Pereira:**  
"Prefeitura adquiriu tecnologia de detecção de problemas durante chuvas intensas"

Pereira, secretário municipal de Infraestrutura. O objetivo é proporcionar mais qualidade de vida à população e conter alagamentos de vias no período chuvoso.

Pereira também elogiou a decisão do prefeito Rogério Cruz de trazer a Universidade Federal como parceira na elaboração do plano. "A Secretaria de Infraestrutura possui um mapeamento abrangente. Como secretário, realizo um trabalho contínuo, ano após ano, monitorando os locais que exigem atenção, em parceria com a Defesa Civil", acrescentou Pereira.

A cidade espera pelas melhorias que esse plano deve trazer para seus problemas crônicos. Com a experiência da UFG e a liderança do prefeito Rogério Cruz, Goiânia espera finalmente superar seus desafios.

## COLABORAÇÃO

O projeto será coordenado na UFG pelo professor Klebber Formiga, da Escola de Engenharia Civil e Ambiental (EECA UFG). Ele compartilha que o projeto terá a participação ativa de 13 professores e 35 bolsistas. O propósito do projeto é realizar um estudo abrangente da área urbana de Goiânia, com foco especial nos córregos da cidade, que se estendem por mais de 400 quilômetros. Para isso, serão empregadas técnicas de levantamento topográfico e fotogrametria, incluindo o uso de laser scanning em 3D. O objetivo deste estudo é entender melhor o processo de geração de cheias e inundações que ocorrem em Goiânia. "Este plano está sendo desenvolvido com o objetivo de trazer benefícios para a sociedade urbana nos próximos anos, com um horizonte de curto prazo de cinco anos. O principal desafio na elaboração do plano é a falta de informações, pois a base de dados de drenagem ainda é incipiente. Portanto, é necessário realizar levantamentos abrangentes. A prefeitura tem uma grande tarefa em mãos, pois precisa fazer o levantamento de toda a drenagem de Goiânia. Essa é a parte mais difícil e trabalhosa do projeto", esclarece o professor Klebber Formiga.

## PROGRESSO

A elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana é um processo que exige tempo e esforço. De acordo com Klebber, a previsão para a conclusão do projeto completo é de 24 meses. A fase inicial de

O Plano Diretor de Drenagem Urbana de Goiânia é de 2005, que atualmente cobre apenas 60% da área urbana do município



levantamento deve durar entre 12 a 13 meses. Após essa fase, serão elaborados documentos de diagnósticos, prognósticos, planos de ações e manuais que compõem o plano. Neste caso específico, está previsto um período de dois anos para a sua conclusão, embora a intenção seja entregar o material à Câmara de Vereadores em cinco meses.

No entanto, existem desafios a serem enfrentados, como a eleição do próximo ano e a subsequente campanha de aprovação e implementação. O plano aborda questões como o solo e propõe mudanças legislativas. No entanto, só se tornará realidade quando algumas das propostas se concretizarem em obras ou proposições de obras ou comunicações dos vereadores.

Segundo Klebber Formiga, a Escola de Engenharia Civil e Ambiental adquiriu uma tecnologia inovadora por meio de uma parceria com a Prefeitura de Goiânia para a elaboração do projeto. O sistema Laisa Laser, que realiza levantamentos utilizando drones, é empregado para identificar canais de forma precisa. "A partir desses dados coletados, obtemos resultados mais eficientes e precisos, proporcionando um avanço significativo no planejamento urbano. Além disso, a tecnologia permite um salto qualitativo na tomografia, resultando em informações mais confiáveis e abrangentes", explica Formiga.

**"Drenagem urbana é crucial para a saúde pública", afirma especialista**

A drenagem urbana é um elemento fundamental para a sustentabilidade de uma cidade, desempenhando um papel vital na gestão das águas pluviais, na prevenção de inundações e na proteção das infraestruturas urbanas. Um sistema de drenagem eficaz pode ainda melhorar a qualidade da água, minimizar a erosão do solo e promover a biodiversidade em áreas urbanas.

Denes Pereira ressaltou a relevância do Plano Diretor de Drenagem Urbana para a cidade. Ele sublinhou que o plano não só fornecerá um panorama detalhado, mas também auxiliará os gestores no planejamento mais eficiente da cidade.

A drenagem adequada é também crucial para a saúde pública, pois ajuda a prevenir a disseminação de doenças transmitidas pela água. Os sistemas de drenagem, ao encaminhar a água da chuva para áreas seguras, podem diminuir o risco de contaminação da água potável e limitar a exposição dos cidadãos a patógenos perigosos.

O professor Klebber Formiga destaca a importância de modernizar o planejamento da drenagem em Goiânia para transformá-la em uma cidade mais sustentável e inteligente. Ele observa que os planos atuais são de 2004 e 2009 e sugere que uma abordagem mais atualizada poderia ajudar a mitigar os problemas de alagamento na cidade.

"Para fazer de Goiânia uma cidade mais sustentável e inteligente, é essencial implementar um plano eficaz. Esse plano deve abordar tanto a situação atual quanto as mudanças necessárias, com foco especial no planejamento da drenagem", enfatiza Formiga.

## Capital tem cem pontos de alagamento

O professor Klebber Formiga ressalta a relevância de um planejamento eficiente e de longa duração em projetos de engenharia para enfrentar desafios como inundações e enchentes. Ele destaca a importância de identificar e tratar os pontos críticos, além da implementação de infraestruturas adequadas para minimizar o impacto desses eventos.

"Identificamos aproximadamente cem pontos críticos de alagamento. Ao executar um projeto de engenharia, especialmente aqueles destinados a



**Klebber Formiga:**  
"Identificamos aproximadamente cem pontos críticos de alagamento"

lidar com eventos que se repetem ao longo das décadas, é fundamental ter uma visão holística. Isso se aplica tanto aos projetos que estamos desenvolvendo aqui em Goiânia quanto aos projetos em todo o Brasil", explica Klebber.

A Marginal Botafogo é um dos pontos críticos que necessita de atenção especial neste projeto. Apesar de a situação ser uma preocupação para a população, o secretário Denes Pereira enfatizou a necessidade de um plano abrangente para

toda a cidade de Goiânia, não apenas para o Canal do Botafogo. Ele mencionou que o plano proporcionará um diagnóstico eficaz e rápido para o Planalto Botafogo e todas as áreas da cidade.

"Precisamos de obras planejadas nas cidades do Brasil. Infelizmente, estamos constatando que Goiânia, no século 21, no ano de 2023, não possui um plano diretor de drenagem contemporâneo atualizado que possa proporcionar condições adequadas para o loteamento da cidade", destaca Pereira.

# ESCOLA

## CONECTIVIDADE

# Projeto federal leva internet de alta qualidade para escolas em Goiás

Ângelo Miguel/MEC

Projeto visa garantir acesso à internet de qualidade em 337 instituições de ensino, com um investimento total de R\$ 8,8 bilhões em todo o país



**A iniciativa 'Escolas Conectadas' promete trazer a internet de alta velocidade para todas as escolas públicas até 2026**

### Dhayane Marques

O governo federal anunciou na terça-feira, 29, uma iniciativa para universalizar a conectividade de qualidade nas instituições públicas de educação básica até 2026. A iniciativa "Escolas Conectadas" é uma parceria entre os ministérios da Educação (MEC) e das Comunicações (MCom), e visa promover o acesso à internet rápida em mais de 138 mil escolas, com um investimento total de R\$ 8,8 bilhões.

Em Goiás, o desafio é garantir o acesso à internet de qualidade em 337 instituições de ensino, que representam 10% das 3.512 escolas públicas de educação básica no estado. Atualmente, Goiás já conta com 3.175 (90%) colégios com acesso à banda larga fixa de fibra óptica. Outro desafio é garantir conexão por wi-fi, o que vai envolver 971 instituições de

ensino públicas goianas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da iniciativa: "A educação das nossas crianças e jovens não pode esperar. Temos que ter um trabalho imenso para recuperar a capacidade dessas crianças voltarem a aprender. Com internet de qualidade em todas as escolas, o filho do pobre terá a mesma qualidade de ensino que o filho do rico".

A meta do projeto é garantir conexão por fibra óptica ou via satélite com velocidade de pelo menos 1 Mbps por aluno. Em Goiás, são cerca de 1,1 milhão de matrículas na educação básica.

Atualmente, as informações do governo federal indicam que o estado tem 899 escolas com velocidade de internet monitorada e adequada, 1.575 com velocidade monitorada, mas de qualidade insuficiente, e

1.038 sem qualquer tipo de monitoramento.

Para as escolas que não possuem acesso a energia elétrica ou que possuem somente acesso à energia elétrica de gerador fóssil (3 unidades escolares em Goiás), será viabilizada a conexão com a rede pública de energia ou geradores fotovoltaicos.

### INFRAESTRUTURA

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, dividida em quatro eixos, promete revolucionar a educação no Brasil. A iniciativa visa implantar infraestrutura de rede de acesso à internet em alta velocidade, garantir acesso à internet com velocidade adequada, instalar redes wi-fi nas escolas e fornecer energia elétrica. O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, afirma que o governo federal vai investir pesado para que todas as escolas públicas do país

tenham uma internet de altíssima qualidade.

A região Nordeste será a mais beneficiada, com 49.953 instituições que passarão a ter internet de qualidade. Em seguida está o Sudeste, com 40.365 escolas; o Norte, com 20.366; o Sul, com 19.826 unidades de educação; e o Centro-Oeste, com 7.845 instituições.

### INVESTIMENTOS

Serão investidos R\$ 8,7 bilhões para as ações relacionadas às Escolas Conectadas. Do total, R\$ 6,4 bilhões são do eixo "Inclusão Digital e Conectividade" do Novo PAC, que serão destinados para a implantação de conexão à internet e rede interna nas escolas. Os recursos são provenientes de quatro fontes: o Leilão do 5G, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC) e a Lei 14.172 de 2021.

## QUADRA

# Escola em Goiânia recebe investimento de R\$ 8,2 milhões do governo de Goiás

O governador Ronaldo Caiado inaugurou a quadra poliesportiva do Colégio Estadual Benedito Lucimar Hesketh, no Jardim Marques de Abreu, em Goiânia. A obra, que custou R\$ 716,9 mil, beneficiará cerca de 920 alunos matriculados nos três turnos da escola.

A quadra faz parte de um investimento maior de R\$ 8,2 milhões do governo de Goiás

na reforma e ampliação do colégio. A nova estrutura inclui 12 salas de aula, biblioteca, dois laboratórios, bloco administrativo, sala dos professores, auditório, cozinha com pátio coberto e refeitório, banheiros, vestiários, estacionamento interno e ampla área de convivência.

O governador Caiado destacou a importância da educação e da igualdade de

oportunidades para todos os alunos. "É acreditar na educação, não acreditem que há outro caminho para fazer sucesso. Todos devem ter colégio com padrão de igualdade para competirem", afirmou.

A secretária de Educação, Fátima Gavioli, elogiou o compromisso do governador com a educação. "Não é todo governador que realmente

fala que vai fazer o melhor pela educação e, tendo a oportunidade, vai lá e faz", disse ela.

Desde 2019, o governo de Goiás já investiu mais de 5 bilhões na educação do Estado. "Quando a gente aplica o dinheiro corretamente tem resultados em todas as áreas, você vê a transformação na vida das pessoas", ressaltou o governador.

## INCLUSÃO

### Brasil tem 61,5 mil alunos com deficiência auditiva na educação básica

No Dia Nacional dos Surdos, celebrado em 26 de setembro, o MEC e o Inep destacam que dos 47,3 milhões de alunos da educação básica, 61.594 possuem alguma deficiência relacionada à surdez. Esses dados são do Censo Escolar 2022.

Além disso, 1,5 milhão de alunos possuem alguma deficiência e estão matriculados em turmas da educação especial. Essas turmas incluem alunos surdos, com deficiência auditiva e surdocegos.

O Inep oferece recursos como a videoprova em Libras, na qual as questões e as opções de respostas são apresentadas em Língua Brasileira de Sinais. Além disso, a Plataforma Videoprova em Libras permite que os participantes tenham acesso aos enunciados e às opções de respostas de edições anteriores do Enem.

Os atendimentos especializados fazem parte da Política de Acessibilidade e Inclusão do Inep, instituída no ano 2000. Desde então, foram implementados vários recursos para auxiliar os participantes com deficiência.

### SAIBA MAIS

**Inclusão no Enem** — Dos mais de 3,9 milhões de participantes inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023, 38.101 contarão com atendimento especializado. O Inep disponibilizará, ao todo, 70.411 recursos de acessibilidade nesta edição, o que inclui, entre outros:

- ✓ Tempo adicional
- ✓ Tradutor-intérprete em Língua Brasileira de Sinais (Libras)
- ✓ Leitura labial
- ✓ Guia-intérprete
- ✓ Auxílio para transcrição
- ✓ Sala de fácil acesso



Dhayane Marques dhayanemarquess@hotmail.com



## Amarê

A Semana da Moda Goiana - Amarê Fashion superou as expectativas em sua segunda edição com o tema "Futuro e a Sustentabilidade da Moda". O evento de cinco dias atraiu mais de 15 mil pessoas e movimentou mais de R\$ 10 milhões. Contou com a presença de representantes de 14 países.

## Inclusão

A inclusão foi destaque na passarela da Amarê Fashion, com a presença de belezas reais. Os desfiles apresentaram a moda autoral goiana a convidados e aos mais de 400 empreendedores que vieram do interior do estado.

## Variação

Pesquisa do Procon Goiânia revela variação de até 300,86% no preço de produtos da cesta básica. O levantamento, realizado entre 19 e 22 de setembro, avaliou 30 itens em nove estabelecimentos. Comparado ao mês anterior, o valor da cesta básica reduziu em 2,99%. Os produtos com maior variação foram tomate, pão francês e banana prata.

## Economia

A pesquisa aponta que a economia ao optar pelos produtos de menor preço pode chegar a R\$ 41,20. O consumidor que realizar compra pelo menor preço desses produtos terá despesa de R\$ 19,15. Já se adquirir produtos com o maior valor, pagará R\$ 60,35.

Marcello Casal jr/Agência Brasil



## Exclusividade

O iFood, líder em delivery no Brasil, fez um acordo com o Cade para limitar a exclusividade com restaurantes. O acordo exige que o iFood encerre os primeiros contratos de exclusividade com redes que têm mais de 30 lojas até 30 de setembro. Isso permitirá que os restaurantes parceiros do iFood utilizem outras plataformas de entrega de alimentos.

## Tarifas

Com o fim do prazo para adequação do iFood às regras do Cade, alguns estabelecimentos relataram pressão para manter os contratos de exclusividade. Fora da exclusividade, as tarifas repassadas pelo aplicativo aos estabelecimentos tendem a subir. A taxa pode subir de 5 a 7 pontos percentuais, representando um aumento de 30 a 40% nas tarifas.

Vladimir Vladimirov/Getty Images



## Marmita no trabalho tornou-se tendência entre os brasileiros

Uma pesquisa recente da Galunion, consultoria especializada no setor de alimentação fora do lar, revelou que 71% dos consumidores costumam levar marmita para o ambiente de trabalho. O estudo, realizado de 12 a 22 de junho de 2023, contou com 1.003 entrevistas respondidas por pessoas a partir de 18 anos, das classes ABC, em todo o território nacional.

O estudo também mostrou que as mulheres costumam levar muito mais marmita quando almoçam no local de trabalho, sendo 78%, enquanto os homens são 66%. Além disso, apenas 37% dos respondentes voltaram a trabalhar 100% do tempo no local de trabalho.

Segundo a fundadora e CEO da Galunion Consultoria, Simone Galante, após a pandemia houve uma mudança importante dos hábitos, principalmente relacionados ao local de trabalho, fazendo com que as marcas tenham que pensar em estratégias para ressignificar e buscar uma diferenciação para atrair clientes.

## Perfil

A pesquisa da Galunion destaca a prevalência do hábito de levar marmita para o trabalho entre os consumidores brasileiros. Este comportamento é mais comum entre as mulheres e tem implicações significativas para o setor de Food Service.

## Praticidade na alimentação

Os consumidores optam pela marmita no trabalho para economizar dinheiro (65%), comer de forma mais saudável (51%) e economizar tempo (34%). Quando há pouco tempo para comer, as opções mais rápidas são preferidas: salgados (47%), sanduíches/hambúrgueres (43%), cafés, chás, sucos, vitaminas e similares (28%), pizzas (24%), comida brasileira caseira (23%) e massas (20%). Além disso, 52% dos respondentes prestam mais atenção aos rótulos e origem dos alimentos e 41% estão cuidando mais da saúde por meio da alimentação.

## Hábitos

Mulheres levam mais marmita para o trabalho (78%) do que homens (66%). A marmita é algumas vezes comprada pronta, algumas vezes feita em casa (55%), sempre feita em casa (40%) ou sempre comprada pronta (5%). Esses hábitos estão relacionados à pandemia, com 54% dos consumidores cozinhando mais e 46% estudando e trabalhando mais em casa.

## Weichai

A Weichai Power, líder mundial em motores de caminhão, planeja instalar uma fábrica em Itumbiara, Goiás. O governador Ronaldo Caiado, que recebeu a comitiva da Weichai Power, deve assinar um protocolo de intenções em novembro durante visita à China. A mudança fará de Goiás um produtor, em vez de um importador de motores. A Weichai faturará cerca de US\$ 52 bilhões por ano e emprega 100 mil pessoas.

## My Winery na Wine South America

A goiana My Winery Importadora esteve com estande cheio de novidades e degustações de vinhos sul-africanos como o Bobbejaan e a linha Cazzari de espumantes na Wine South America, uma das maiores feiras de negócios do setor na América Latina, que aconteceu em setembro em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

## Energia

O consumo de eletricidade aumentou pelo quarto mês consecutivo, com uma carga de 66.235 megawatts médios em agosto, um aumento de 3,9% em relação ao mesmo período do ano passado. O mercado regulado consumiu 41.179 MW médios, um aumento de 5,0%. O restante foi fornecido para a indústria e empresas de médio e grande porte. Dias mais quentes e maior produção econômica influenciaram o aumento.

## Atividade

Em agosto, o consumo de energia aumentou em 10 dos 15 setores econômicos monitorados pela CCEE. Destaques para o comércio (10,2%), extração de minerais metálicos (8,6%) e alimentícios (6,8%). As maiores quedas foram registradas na fabricação têxtil (-3,1%), indústria química (-4,9%) e no ramo de veículos (-6,0%).

## Consumo por região

No mês passado, quase todos os estados brasileiros consumiram mais energia. No comparativo anual, a CCEE destaca o Maranhão (29,5%) e o Acre (25,5%), com demandas maiores influenciadas principalmente pelo mercado livre, e Amazonas (14,3%) e Mato Grosso (15,6%), com consumo impactado significativamente por temperaturas mais altas que a média registrada no mesmo período do ano passado. Apenas três estados tiveram demanda menor: Rio Grande do Sul (-2,5%), Espírito Santo (-2,2%) e o Amapá (-1,6%).

## Geração de energia

Em agosto, as hidrelétricas produziram 44.293 MW médios para o Sistema Interligado Nacional (SIN), 1,6% mais energia que no mesmo período do ano passado. Já as termelétricas entregaram 9.675 MW médios para a rede, volume 2,2% maior no comparativo anual. As fazendas solares produziram 2.578 MW médios, avanço de 62,8%. E os parques eólicos tiveram uma retração de 2,1%, gerando 12.499 MW médios.